



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS X
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

MILENE BRANDÃO SOUSA

**O OLHAR DA UNEB PARA AS MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA AVALIAÇÃO DE
SUAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

TEIXEIRA DE FREITAS/ BA

2025

MILENE BRANDÃO SOUSA

O OLHAR DA UNEB PARA AS MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA AVALIAÇÃO DE SUAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação - Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau em História

Orientador: Profa. Dra. Janine Marinho Dagnoni Neiva

TEIXEIRA DE FREITAS/ BA

2025

FOLHA APROVAÇÃO
MILENE BRANDÃO SOUSA

**O OLHAR DA UNEB PARA AS MÃES UNIVERSITÁRIAS: UMA AVALIAÇÃO DE
SUAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação - Campus X, como um dos requisitos para obtenção do grau em História

Orientador: Profa. Dra. Janine Marinho Dagnoni Neiva

Teixeira de Freitas, 09 de dezembro, de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janine Marinho Dagnoni Neiva

UNEB/DEDCX

Orientadora

Prof. Dr. Joelson Pereira Sousa – Membro Convidado

UNEB/DEDCX

Profa. Dra. Tamires Santos Pereira – Membro Convidado

UNEB/DEDCX

DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa às
estudantes-mães, àquelas que
tentaram e às que resistiram e
insistiram em suas formações
acadêmicas.*

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é um momento único e emocionante para mim; é um momento no qual respiro fundo e sei que, ao longo da escrita, irei derramar lágrimas, pois somente essas lágrimas decifram o que estou sentindo e tudo o que tive que enfrentar para chegar até aqui. Minha emoção é de alegria, alívio e sentimento de superação. Trilhar esse caminho, tentando conciliar maternidade e estudos, não foi nada fácil; por isso, preciso ser grata a todos que, de certa forma, contribuíram para que esse tão almejado sonho fosse realizado.

Mas, sobretudo, a Deus, pela minha vida, por ter me sustentado e me dado forças quando acreditei que nada daria certo, por ter me sustentado quando pensei em desistir e, sobretudo, por me trazer até aqui. Às minhas filhas, minhas vitaminas de cada dia, Cristiane, Raquel e Sophia, por serem minha força e minha vida; por vocês eu cheguei até aqui. À minha mãe, Marlene, pelo apoio, por todas as vezes que precisei de suporte emocional, pela ajuda com as meninas quando precisava deixar para apresentar seminário na universidade. Ao meu esposo, Anderson, pelo carinho, companheirismo e suporte financeiro, pela compreensão das ausências em alguns momentos e em todo o processo deste trabalho, por sempre me incentivar a continuar quando eu pensava em desistir. Aos meus colegas da turma, por sempre me darem forças para continuar no curso. Eu agradeço a Deus pela vida de vocês. Muito obrigado.

À minha orientadora, professora Janine Marinho Dagnoni Neiva, meus agradecimentos pelo apoio, pela paciência e parceria, por pegar na minha mão para que juntas caminhássemos no processo da escrita deste trabalho, a partir de um tema necessário e de extrema importância para mim. À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por ter sido essencial no meu processo de formação acadêmica, pela dedicação de professores, em especial à Professora Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes, que me proporcionou uma experiência única de acolhimento ao meu matricular na Universidade, aos coordenadores e técnico-administrativos, e meus agradecimentos especiais àqueles que me ajudaram por diversas vezes nos processos burocráticos da universidade. Que Deus abençoe todos vocês.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível muda-lo sem um certo sonho ou um projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

(Paulo Freire)

RESUMO

BRANDÃO, Milene Sousa. Título: O Olhar da UNEB para as mães universitárias: Uma avaliação de suas políticas de permanência estudantil. Trabalho de Conclusão de Curso do Colegiado de História. Universidade do Estado da Bahia - Departamento de Educação, Campus X, Teixeira de Freitas, Bahia.

Diante dos desafios historicamente enfrentados pelas mulheres para conquistarem seu espaço na sociedade, em especial, quando se tornam mães, considera-se importante um olhar mais atento para as políticas públicas de assistência às estudantes e como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem se posicionado diante dessa questão e como se organiza para acolher essas mulheres e suas especificidades. Este trabalho considera as dificuldades e as possibilidades de conciliar a maternidade com a vida acadêmica. A escolha da temática surgiu a partir da minha experiência enquanto estudante universitária e da necessidade de refletir sobre estratégias que incentivem outras mães a concluírem a graduação. Desse modo, optou-se pela metodologia da História do Tempo Presente, avaliando documentos regulatórios da UNEB, consolidados até o semestre de 2025.1. O estudo busca, portanto, avaliar as políticas de permanência para mulheres mães na UNEB, afim de compreender as especificidades do olhar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para a permanência de mulheres-mães na Universidade. Para responder mais adequadamente a esse objetivo, colocam-se os seguintes objetivos específicos: conhecer o percurso histórico da mulher na sociedade capitalista; compreender o lugar da mulher na universidade; conhecer políticas de permanência voltadas para mães e gestantes na graduação da UNEB. Ao fim do percurso, considera-se que a UNEB tem caminhado na direção orientada pelas políticas nacionais, no entanto, ainda há muito caminho para que as demandas das mulheres mães universitárias sejam atendidas. Acredita-se que, esse trabalho tenha cumprido seu papel, na medida em que sistematiza e torna mais acessível os recursos disponíveis para usufruto dessas mulheres e que diante dessas informações, possam usufruir do que já existe e seguir lutando pela conquista e permanência dos seus direitos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. ONDE ESTEVE A MULHER AO LONGO HISTÓRIA?	11
1.1 Maternidade: uma pedra no caminho da lógica do capital.....	17
1.2 Uma bifurcação no caminho: pode a mulher seguir rumo à universidade?.....	19
2. O CAMINHO DAS PEDRAS.....	23
3. CHEGANDO AO FIM DO CAMINHO: HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL?.....	26
4. ADMIRANDO O CAMINHO PERCORRIDO, APESAR DAS PEDRAS NO CAMINHO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

É de conhecimento comum que, na sociedade em que estamos inseridos, existem desigualdades entre homens e mulheres em diversos aspectos. Entre eles, o acesso e a permanência das mulheres no ensino superior ganham destaque, pois, além da diferença considerável de contextos, existem preconceitos e falta de oportunidades decorrentes das desigualdades de gênero e do que se entende como divisão sexual do trabalho. Essas diferenças ficam mais evidentes se analisadas a partir da perspectiva cultural e social, pois é nesse viés que se constroem as representações sociais sobre os papéis que cada gênero deve ocupar nos espaços da sociedade. Parece ser simples, mas no sistema patriarcal-capitalista, a decisão pela maternidade é marcada pela divisão sexual do trabalho, pela apropriação das mulheres pelo controle de seus corpos, bem como dos produtos dele (como ter filhos e a quantidade, por exemplo). Ademais:

A condição de obrigação sexual a que muitas estão submetidas (seja em relações extraconjugais ou mesmos no casamento), a falta de conhecimento do próprio corpo, o pouco acesso à educação sexual, aos métodos contraceptivos, a problemática da legalidade do aborto, a falta de equipamentos públicos (como creches, restaurantes populares e transporte acessível), o encargo majoritário sobre elas com o cuidado com a família e criação de novos indivíduos, além de um sistema de normas, que reproduz a imagem da mulher como alguém doce, amorosa e maternal por essência, são elementos da realidade que elas enfrentam em seu cotidiano para decidir sobre a maternidade (Castro, 2022, p.2).

Tradicionalmente, de maneira hegemônica, afirma-se que, as mulheres ocupam espaços privados, ligados à esfera do cuidado. Assim, o espaço destinado à mulher se limitaria à sua casa, seja ela a casa de seus pais ou de seu marido, e suas atividades estariam ligadas ao cuidado do marido, dos filhos e da casa, seja cozinhando, costurando ou se portando de forma discreta, obediente e feminina. Cabe à pergunta: a qual mulher essa concepção se aplica?

Ao longo da história, transformações aconteceram e as mulheres começaram a ocupar espaço, público e travar lutas na busca por seus direitos. Nesse sentido, apesar do tempo histórico ser outro, percebemos que ainda existem resquícios desses pensamentos, considerando que a nossa sociedade tem a sua base ideológica fundada no patriarcado, na misoginia e no machismo (Silva, Benitez, Mizael, Pasian, 2023). Patriarcal refere-se ao sistema social estrutural e histórico, em que os homens detêm o poder e a autoridade em diversas esferas, como a política, a economia, a família e a sociedade em geral. O machismo

seria mais uma ideologia do patriarcado manifestado em crenças, preconceitos e comportamentos que reforçam a ideia da superioridade masculina e a inferioridade feminina. Enquanto o Patriarcado é o sistema social, o machismo é a sua expressão prática e cotidiana. A Misoginia constitui-se como a aversão, ou seja, o ódio ou desprezo patológico e explícito contra as mulheres, ao contrário do machismo que pode ser sutil ou estrutural, enquanto a misoginia é uma manifestação mais direta e violenta, refletindo uma aversão profunda às mulheres e àquilo que a elas se refere, enquanto grupo social.

As questões que permeiam o papel das mulheres na sociedade atual perpassaram por diversas mudanças a respeito do papel destinado às mulheres em outros contextos históricos, sejam eles referentes ao trabalho, ao estudo ou aos espaços que deveriam ocupar socialmente, além de estarem ligados à nova configuração social, acarretada por mudanças que aconteceram de maneira mais intensa no século XX.

“Se antes as mulheres tinham seu papel de fragilidade e submissão ao homem bem definido, hoje – embora o sexismo ainda permaneça – muito desses paradigmas preconceituosos foram quebrados” (Santos, 2011, p. 25). Nesse sentido, é preciso entender que, para compreender a atuação das mulheres na sociedade e os questionamentos que essa temática traz, é necessário analisar os valores e representações culturais construídos pela sociedade ao longo da história, partindo de uma abordagem que considera as desigualdades sociais, violências e opressões sofridas pelas mulheres, além de desconstruir a imagem de submissão feminina na sociedade em diversos aspectos.

Ainda, o tema de interesse para este trabalho surge a partir da minha vivência como mãe universitária, do curso de Licenciatura oferecido pelo Colegiado de História, do Departamento de Educação do Campus X, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sediado em Teixeira de Freitas/BA. Quando descobri que estava grávida pela terceira vez, resolvi continuar os estudos, embora soubesse que, a partir do oitavo mês de gestação, teria que parar de frequentar as aulas. Apesar do apoio da família e de alguns professores, enfrentei algumas dificuldades para concluir o curso, como, por exemplo, a sobrecarga de trabalho e a multiplicidade de tarefas exercidas por mim enquanto mulher, mãe e estudante. O que dialoga diretamente com o contexto de gênero em que as mulheres estão inseridas. Para tanto, é válido considerar aspectos históricos que constroem a história das mulheres na sociedade brasileira e, no contexto em questão, a inserção das mulheres na educação superior.

Diante do que foi exposto, emergiram os seguintes questionamentos: Será que apenas eu vivenciava esses desafios na UNEB? Quais as dificuldades enfrentadas por estudantes universitárias, que são mães, para concluir o curso de graduação? Por que, ainda hoje, no

século XXI, as mulheres sofrem tanto, são discriminadas e desvalorizadas quando decidem dar continuidade à sua formação educacional? Quais alternativas existiriam para garantir a minha permanência no curso? Será que a UNEB teria alguma política ou recurso específico para esse fim? E a partir desses questionamentos e dessa dura realidade, emerge o objetivo geral que norteia a elaboração do presente trabalho, que é avaliar as políticas de permanência para mulheres mães na UNEB, afim de compreender as especificidades do olhar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para a permanência de mulheres-mães na Universidade. Para responder mais adequadamente a esse objetivo, colocam-se os seguintes objetivos específicos: conhecer o percurso histórico da mulher na sociedade capitalista; compreender o lugar da mulher na universidade; conhecer políticas de permanência voltadas para mães e gestantes na graduação da UNEB.

Para o alcance desses objetivos, o presente trabalho contará com essa introdução, constituindo o primeiro capítulo, que será seguido por mais quatro capítulos: o segundo abordará o referencial teórico, começando com o percurso histórico da mulher na sociedade capitalista e, em seguida, questionando o lugar da mulher na universidade. O terceiro capítulo trará a abordagem metodológica deste trabalho; o quarto apresentará as políticas de permanência voltadas para mães e gestantes da UNEB. Por fim, o último capítulo apresentará as considerações finais e será seguido pelas referências pesquisadas.

2. ONDE ESTEVE A MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA?

A sociedade capitalista patriarcal é um sistema econômico onde os meios de produção, como fábricas, terras e tecnologias são de propriedades privada, ou seja, pertencem a indivíduos e empresas, não ao governo. Nesse sistema, as empresas e as pessoas operam com o objetivo de obter lucro, embora cada indivíduo ou empresa busque seus próprios interesses, o capitalismo também depende da cooperação, pois pessoas compram, vendem e trabalham juntas para satisfazer suas necessidades e desejos. Uma das dimensões desse sistema econômico é o fato dele promover inovação e eficiência em praticamente, todos os setores da economia, pois, as empresas competem entre si para atrair clientes, isso pode resultar em melhores produtos e serviços, para satisfazer esses desejos, que só aumentam. O capitalismo é o sistema predominante na maioria dos países do mundo e é conhecido por incentivar as inovações e o crescimento econômico. No entanto, ele também gera debates, especialmente em questões sobre desigualdade e o papel do governo na regulação de mercado (Castro, 2022).

Pensar o lugar da mulher na sociedade capitalista contribui para compreendermos melhor, como ele funciona. O capitalismo segue uma ótica patriarcal, que é um sistema social político e cultural caracterizado pelo domínio dos homens e conseqüentemente pelo desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. Nesse sistema, aos homens exercem autoridade sobre membros da família e por diferentes campos no espaço social, político, religioso, científico, entre outros. Portanto, implica na dominação por parte de homens dentro de um sistema onde as mulheres ficam subordinadas. Considera-se que, a posição da mulher na sociedade capitalista se diferencia bastante da mulher em sociedades anteriores, já que seu “papel no mundo do trabalho sofreu alterações necessárias à sua adequação ao modo de produção vigente” (Santos, 2011, p. 26). Colaborando com a construção do texto, Passos e Guedes (2018) afirmam que as mulheres assumiram o papel de cuidar da família, enquanto os homens assumiram o sustento financeiro, o que contribuiu para a criação da crença social de que esse cuidado familiar é “natural” às mulheres, responsabilidade apenas da mulher. Isso demonstra que os papéis sociais atribuídos às pessoas em nossa sociedade foram delimitados através da elaboração de regras e espaços para cada sexo, por esse conjunto chamado civilização. Assim:

Os contornos que definem essa dicotomia entre cuidadores e provedores são variados, porém frágeis, como o curso da história tem mostrado muitas das explicações se a amparam na capacidade biológica da mulher genitora, estendendo, desse modo, o cuidado das crianças, dos idosos e dos deficientes para o sexo feminino. Para os homens o fator biológico resume-se à força, à virilidade e à exposição nos espaços públicos. Amparado nessas diferenças foram sendo criados papéis estereotipados para homens e para as mulheres, definido os destinos de ambos com a base no sexo (Passos; Guedes, 2018, p. 69).

Dessa forma, fica evidente que o papel social e os espaços destinados às mulheres fizeram com que elas estivessem ausentes em muitos contextos e essa ausência foi considerada socialmente como uma opção, por preferirem a vida doméstica, por exemplo. Esse argumento pode ser contestado se pensarmos que o modelo social regente da nossa sociedade é patriarcal, o que foi essencial para aumentar a omissão sobre o papel social da mulher. Assim, essa organização social acaba colocando a mulher em posição de subordinação ao homem, cujas atividades são mais valorizadas, atribuindo a ele o poder sobre o corpo feminino, bem como sua autonomia e sexualidade, colocando o homem em uma posição na qual os papéis sociais lhe garantem privilégios. Aguiar (2000) reafirma essa dimensão conceitual, como marcadamente presente em território brasileiro.

Por muito tempo, as mulheres foram consideradas sem importância na sociedade, restringindo seu papel e relevância ao âmbito familiar. Isso contribuiu para que, no campo documental, existisse um silêncio absoluto sobre suas vidas ou, quando algum registro era feito, este estava repleto de preconceito e desvalorização (Passos, 2011; Passos e Guedes, 2018).

Portanto, a análise de que as atividades destinadas às mulheres estão ligadas ao espaço privado já não reflete tanto a realidade, visto que, diferente de mulheres brancas e de classe abastada, os serviços oferecidos pelas mulheres negras não são para sua família, e sim para a do seu senhor/patrão, no ambiente externo a sua vida privada. E, quando não estavam ligadas a esses serviços, estavam na rua exercendo um trabalho ainda mais “desqualificado” social e moralmente.

De acordo com Santos (2011, p. 29):

Ao longo da história, diversas correntes filosóficas e religiosas defenderam a dignidade e os direitos da mulher em muitas e diferentes situações, no entanto, o movimento feminista remonta mais propriamente à Revolução Francesa. A convulsão desencadeada em 1789, além de pôr xeque o sistema político e social então vigente na França e no resto do ocidente, encorajou algumas mulheres a denunciar a condição de sujeição em que eram mantidas

e que se manifestava em todas as esferas da existência jurídica política, econômica, educacional. Etc.

Para entender melhor a realidade das mulheres, é preciso compreender aspectos sobre a história feminina ao longo da história da humanidade, pois, a cada contexto, a mentalidade da sociedade se modifica. As mulheres foram se adaptando a essas mudanças, por vezes, inventando e ressignificando seu espaço, questionando, assim, os papéis sociais que lhes foram construídos e destinados. É preciso voltar algumas décadas e refletir sobre o lugar ocupado por elas, para que se possa compreender a posição das mulheres hoje. Não adianta olhar apenas para os dados atuais; também precisamos identificar aspectos que interferem no seu cotidiano, considerando a sociedade e os contextos sociais, político e cultural.

Siqueira (2008) estuda “a relação entre História e as relações de gênero, dando ênfase especial às reflexões empreendidas pela historiadora e militante feminista Joan Scott e nas “várias” temáticas por ela abordadas no decorrer de sua trajetória acadêmica” (p.110) e apresenta a “História como instrumento de conhecimento da realidade humana, uma narrativa cuja função é explicar as sociedades a partir de modelos de diferentes matrizes” (p.110) e contribui para a compreensão do gênero como “categoria útil de análise histórica”. Desse modo, é possível pensar o lugar do historiador nos estudos de gênero, na medida em que pensa a construção e a legitimação das hierarquias de gênero, nos diferentes tempos e contextos históricos.

É de acordo com Scott (1995), que o gênero pode ser pensado como uma categoria útil de análise histórica. Em livro escrito na década de 80, ela considera que as coisas e as palavras têm uma história e que, a palavra gênero é utilizada pelas feministas pelo propósito de tentar entender a organização social que cada sexo ocupa, de maneira que mulheres e homens se comportam, o que vai variar de modo muito significativo em diferentes países e culturas. Então, a palavra de gênero vai permitir que novos estudos sejam apreendidos e ela considera ainda, que apesar dos avanços nos estudos sobre gênero, há uma implicação negativa, o apagamento da palavra mulher. A palavra gênero se apresenta no masculino, apesar de se referir tanto a homens quanto a mulheres.

Em consonância com Scott, Siqueira (2008) acredita que o conhecimento histórico vai além do mero registro de mudanças na organização social que se dá ao longo do tempo, mas, se constitui “um instrumento que participa da produção do saber sobre estas organizações” (p.111). Na medida em que dispõe de instrumental adequado e satisfatório para entender relações de poder e questionar categorias únicas e universalizantes, que tem a ser

naturalizadas e se mostra a favor de um pensamento histórico da construção dos conceitos, a partir de um posicionamento crítico diante de posicionamentos políticos e filosóficos tradicionalmente estabelecidos. Apresenta a história das mulheres como categoria útil de análise, na medida em que estudá-la permite identificar a força politicamente crítica, que desafia e desestabiliza premissas estabelecidas sobre elas, questiona a “história do homem” e conta a partir de si mesmas sua história. Discutindo, portanto, “o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico, que surge o conceito de “gênero como categoria útil de análise”” (p.112). Por conseguinte, desvela relações de poder, que perpetuam a subordinação da mulher à ação dos demais sujeitos homens da história, detentores dos espaços de poder, que constitui a sociedade como patriarcal.

Dessa maneira, aspectos como idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual, migração, status de cidadania, se vivem em áreas urbanas e/ou rurais, são indicadores que influenciam nesse cotidiano e, por consequência, na análise de gênero. Desta forma, será possível refletir sobre a realidade brasileira, na qual as desigualdades se estruturam em torno de diferentes desvantagens historicamente acumuladas. Esses aspectos têm sido pensados no contexto dos estudos interseccionais, alinhados ao pensamento negro, ao lugar das mulheres negras no âmbito social, político, cultural e também sobre os direitos humanos na sociedade do heteropatriarcado.

Scott (1995) diz também que, todo o estudo de gênero é, necessariamente, um estudo dos grupos que sofreram opressão ao longo da história. Assim, qualquer estudo de gênero que se prese precisa ser atrelado à raça e à classe. Em consonância com essa perspectiva, Akotirene (2019) aborda os estudos da interseccionalidade, a fim de compreender as consequências de ordem estrutural e dinâmica que dois ou mais eixos de subordinação exercem quando interagem entre si. Por exemplo, ao pensarmos o racismo em diálogo com o patriarcalismo e com as diferentes classes sociais, dentre outros sistemas de discriminação, que operam de maneira a criar desigualdades básicas, que colocam mulheres em diferentes lugares, a depender de quais sejam esses fatores (raça, etnia, classe e outras dimensões), que se interseccionem.

Ademais, Scott (1995) menciona a dificuldade de mudar nossas referências, como se as nossas referências históricas fossem sempre as mesmas e houvesse dificuldade para analisar problemas de uma outra perspectiva, o que exige mudar as referências, as leituras e as bases, pra emergir uma nova compreensão. Para exemplificar essa questão, é interessante analisarmos o cenário das mulheres no mercado de trabalho. Menos da metade

das oportunidades de trabalho são ocupadas pelas mulheres e, embora seja um número que ainda represente uma forte desigualdade, esse cenário já foi bem pior. Em 1950, por exemplo, esse número chegou a só 14%, a grande maioria das mulheres se ocupavam em atividades domésticas, salvo pouquíssimas exceções. Os anos foram se passando e a partir dos anos 70, com o *boom* da busca pela mão de obra qualificada nas indústrias e com o surgimento de movimentos sociais, que lutavam pela igualdade de direitos, a mulher passou a ter uma presença cada dia mais forte no mercado de trabalho, em funções que até então eram destinadas somente a homens (Santos, 2011).

Como a mulher esteve historicamente ligada ao universo privado e do cuidado e o mercado exigia dos trabalhadores outras habilidades, para além daquelas ligadas à “dita” natureza da mulher, as mesmas foram consideradas menos capazes e essa forma de compreender interessava muito ao capitalismo, o que tornava a mão de obra feminina com menos valor que a do homem. Assim, a entrada das mulheres no mercado de trabalho significou o rebaixamento do valor da força de trabalho, dessa forma, mais mulheres eram contratadas por um valor menor (Santos, 2011).

Ainda hoje, refletir sobre o papel das mulheres na sociedade, as desigualdades persistentes entre homens e mulheres em suas distintas dimensões de análise, o exercício de direitos e a equalização de oportunidades, independentemente do sexo, é uma oportunidade significativa que podemos desenvolver a partir de um estudo de gênero. Os indicadores sociais sobre as mulheres no Brasil enriquecem o debate, ao proporcionar informações destacadas sobre aspectos que colocam a desigualdade de gênero como um dos eixos para a estruturação e formulação de políticas públicas no país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024, apresentou a terceira edição das “Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, oferecendo indicadores sociais relevantes sobre as mulheres no Brasil, trazendo informações fundamentais para análise das condições de vida das mulheres no país. Esse esforço é fruto de um acordo internacional para viabilizar a comparação e monitorar dados de países participantes de diversos fóruns internacionais. Tal iniciativa é fundamental para orientar políticas públicas e reforça o reconhecimento da qualidade da produção estatística brasileira.

Dentre dados relevantes a esse trabalho, considera-se que em 2022, “as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,3 horas contra 11,7 horas)” (p.2). Tal diferença foi ainda maior na região Nordeste, onde as mulheres trabalharam 23,5 horas nessas atividades e as mulheres pretas ou

pardas estiveram mais envolvidas com o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres brancas (1,6 hora a mais). Ademais:

mesmo para as mulheres que se encontram ocupadas, o seu maior envolvimento em atividades de cuidados e/ ou afazeres domésticos tende a impactar na forma de inserção delas no mercado de trabalho, que é marcada pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado (IBGE, 2024, p.4).

Outro dado relevante, diz respeito à ascensão à posição de liderança, na qual “persistem as barreiras invisíveis na trajetória das mulheres no mercado de trabalho”, com homens ocupando mais essas posições. Por exemplo, as mulheres têm tido mais acesso ao ensino superior, mas, os cursos de exatas e de produção, ainda são ocupados, majoritariamente, por homens e as mulheres ainda são ligeiramente minoritárias entre os docentes desse nível de ensino. Para além da inserção no mercado de trabalho, cabe considerar que, em 2022, o rendimento das mulheres foi equivalente a 78,9% do rendimento dos homens. De acordo com os estudos, a educação não é, portanto, a variável que justifica os resultados, já que as mulheres são mais instruídas que os homens. (IBGE, 2024). Os dados ainda indicam maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que aumenta quando ela tem criança de até 3 anos de idade, demonstrando que a maternidade impacta na inserção da mulher no ambiente de trabalho, o que se mostra ainda mais difícil para as mulheres pretas.

Assim, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são diversas e complexas, a princípio por entender que, historicamente, homens e mulheres são grupos heterogêneos e têm dinâmicas sociais diferentes, construídas em uma estrutura social patriarcal, que prioriza e deixa livre os homens, oferecendo a eles diversos privilégios na vida pública. Ao contrário, delimita os papéis sociais das mulheres e suas representações a partir de opressões, desvalorização e sobrecarga, restringindo sua liberdade ao espaço privado.

Caminha-se, então, a passos lentos, rumo a uma direção na qual haja um cenário em que homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões, de modo que, inclusive, o ensino superior seja um lugar de trabalho e de formação possível. Pois, apesar de na prática, vivenciarmos esses dados que evidenciam as desigualdades de gênero, na lei, já há essa garantia. Está preconizado na Constituição da República Federativa do Brasil¹, de 1988, no capítulo I do artigo 5, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

¹ www.planalto.gov.br

país de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, dentre os termos colocados apresentam-se a igualdade entre homens e mulheres quanto a direitos e obrigações. Apesar do direito constitucional, o caminho é longo e tortuoso para as mulheres, em especial se forem pretas ou pardas e residirem fora dos centros urbanos das regiões Sul e Sudeste.

Com as mudanças econômicas e as lutas das mulheres na busca por ocupar espaços que, por direito, também são delas, e se apropriando de novos veículos culturais para se emancipar e retornar à economia de produção, foi possível que não ficassem mais restritas às atividades domésticas no âmbito privado, passando a ter contato direto com o mundo público e remunerado, não mais mediado por seus maridos ou filhos, interagindo, desta forma, diretamente com a realidade social. No entanto, para além de ser mulher, a maternidade apresenta-lhe outros desafios e também impacta a lógica do capital.

1.1. Maternidade: uma pedra no caminho da lógica do capital

Historicamente, com muita luta, avanços e derrotas, as mulheres foram conquistando espaços públicos, passando a participar de forma crescente do mercado produtivo. A entrada da mulher no mercado de trabalho foi uma grande conquista, no entanto como já foi apresentado, é comum encontrarmos a mulher ocupando posições sociais subordinadas em relação aos homens, seja em seus trabalhos, seja em suas famílias, ou ainda no imaginário cultural em geral e na linguagem.

A delimitação do espaço da mulher circunscrito ao âmbito privado, guiado pela lógica do cuidado, respaldada na dimensão biológica, exclusivamente feminina de gestar, parir e amamentar, abarca dimensões que o sexo, por si só, não dá conta de definir. Essas delimitações são resultantes das construções sociais e esbarram no estudo relacionado ao trabalho. Em uma sociedade capitalista, quem tem o poder é quem domina o capital. Se os homens ocupam os espaços produtivos, então está em suas mãos o capital e, portanto, o poder. Justificar esse lugar a partir de uma dimensão biológica é impedir que a mulher esteja no centro das decisões.

Essa divisão social se baseia muito além do sexo biológico do sujeito. Suscitam questionamentos que dizem respeito, diretamente, à sustentabilidade do próprio sistema do capital, já que, ser mulher implica na possibilidade da maternidade, por meio da qual emergem novos sujeitos que alimentarão o próprio sistema. No entanto, a maternidade interfere na lógica capitalista. Já que, quando engravida e o bebê nasce, o foco da mulher

precisa estar voltado para o cuidado com essa nova vida, cuidado esse que, levando em conta a complexidade e responsabilidade, exige um afastamento temporário do trabalho remunerado, quem em termos de produção capitalista, reduz o quantitativo. No entanto, é também esse cuidado, que mantém o sistema em funcionamento, pois, sem ele, não há o sujeito que sustenta o modo capitalista com sua força de trabalho.

A função social que assume a procriação, que dá sentido ao exercício da maternidade, encontra sua explicação na divisão sexual do trabalho doméstico e o mito do amor materno, que colocam a maternidade como o momento mais mágico, sagrado e importante da vida da mulher, como se todas desejassem, naturalmente por serem mulheres, ser mães.

Silva, Benitez, Mizael, Pasian (2023) entrevistaram mulheres estudantes universitárias, com o objetivo de refletir sobre o espaço de mães na universidade pública brasileira e ressaltaram fatores de risco e proteção para sua permanência na universidade, mostrando os desafios para dar conta desse processo, como “desigualdades estruturais, somada às questões de raça, nível socioeconômico e idade, resultando em desigualdades que se conectam no contexto brasileiro” (p.282). Assim, evidenciam que, para além do *glamour* da maternidade, há os desafios que ela implica e, portanto, ressaltaram a importância das políticas de permanência para a inclusão de mães universitárias.

Reflete-se, assim, o exercício das atividades das mulheres na sociedade moderna, com uma balança que continua a pesar em favor das escolhas dos homens e minimiza o conflito entre trabalho e família para as mulheres. Mas, apesar disso, as mulheres continuam se organizando na luta pela igualdade de gêneros e se esforçam para apresentar alternativas para outras mulheres, a partir de espaços e do mercado, entendendo suas particularidades e procurando colaborar com esse público.

Desse modo, as colocações apresentadas até então nos mostram alguns aspectos que podem nos nortear e esclarecer a respeito da situação das mulheres, social e culturalmente, para que possamos entender melhor as diferenciações entre os sexos, o silenciamento sofrido pelas mulheres e a compreensão das representações e ações destinadas a elas e, por conseguinte, as dificuldades enfrentadas por esse público para ingresso e permanência, por conseguinte, na universidade.

Nesse contexto, a entrada na Universidade, para mães, é um desafio ainda maior, pois, estudar, em alguns contextos, pode ser pensado também, como impasse para o capitalismo, pois, adia o retorno do capital, enquanto estuda, não produz renda. O imediatismo no fluxo de geração de renda é um dos elementos que sustentam o capitalismo como está, centrando renda na mão de poucos privilegiados. Na medida em que a educação possibilita a inversão da

pirâmide de privilégios, a ideia de sobrepor o capital à capacitação se torna uma alternativa estratégica, em um sistema pautado pela divisão sexual do trabalho, pela apropriação das mulheres e pelo controle de seus corpos, bem como dos produtos dele. Portanto, pensar esse atravessamento da universidade, interseccionado à maternidade, apresenta um desafio ainda maior, já que um estado ou outro, ferem a lógica produtivista do capital. Compreender, por conseguinte, a chegada histórica das mulheres na universidade, aprofunda essa compreensão.

1.2 Uma bifurcação no caminho: pode a mulher seguir rumo à universidade?

Houve um longo período histórico em que as mulheres foram proibidas ou severamente restringidas de frequentar a universidade, e as mulheres negras enfrentaram barreiras ainda maiores, devido à intersecção do racismo e do sexismo (Castro, 2022). No Brasil, há mais mulheres do que homens nas universidades em geral. As mulheres representam cerca de 57% a 60% das matrículas no ensino superior (MEC, 2020). No entanto, a menção de que elas são mães, introduz um fator de desafio significativo.

Embora as mulheres sejam maioria nas matrículas e na conclusão de cursos de graduação, elas enfrentam barreiras adicionais quando se tornam mães durante a vida acadêmica. Ademais, cabe lembrar que a sociedade impõe expectativas de gênero que atribuem a maior parte da responsabilidade do cuidado com os filhos às mulheres, o que dificulta sua trajetória acadêmica em comparação com a dos homens que são pais.

María Eugenia Miquilena² indica a gravidez e a parentalidade na adolescência como “fatores exógenos de evasão escolar para alunos do ensino médio na América Latina” já que gravidez e maternidade precoce tem tido impactos significativos na interrupção do percurso ou abandono escolar por adolescentes, comprometendo seu respectivo desenvolvimento.

A maternidade pode impactar negativamente a permanência e o desempenho das estudantes na universidade, devido à sobrecarga de responsabilidades e, muitas vezes, a falta de uma rede de apoio adequada ou políticas institucionais de suporte, como creches nas instituições de ensino superior (Silva, Benitez, Mizael, Pasian (2023). Em resumo, as mulheres são a maioria na universidade, mas a condição de ser mãe estudante é um fator de vulnerabilidade, que expõe as desigualdades de gênero ainda presentes na sociedade e no meio acadêmico, o que pode levar a uma diminuição da representação feminina em níveis mais altos da carreira acadêmica.

² <https://www.caf.com/pt/blog/evasao-escolar-devido-a-gravidez-na-adolescencia/>

A gravidez é um passo muito importante e requer um processo de transição que pode assumir diferentes configurações na vida de cada mulher. Nesse sentido, a universidade precisa ser repensada, devendo ser capaz não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação de jovens de diferentes segmentos, mas também de acolhê-los em suas dificuldades, criando estruturas de suporte que evitem o fracasso e o abandono. Afinal, não podemos desconsiderar que “a escola é invadida pela vida juvenil” (Dayrell, 2007, p. 110), o que, no caso da universidade, inclui os processos de transição para a vida adulta e a maternidade/paternidade. Tais processos apontam, por exemplo, para a necessidade do provimento de políticas e serviços de planejamento familiar destinados à população juvenil, bem como para o imperativo de políticas de assistência que possam garantir apoio básico à experiência de transição para a maternidade nesse contexto, seja no período da gravidez ou posteriormente, com a retomada dos estudos. A maternidade é um período único na vida de qualquer pessoa.

Pelo fato de serem mães e de já terem suas problemáticas domésticas, as mães universitárias tentam driblar as incompreensões em suas próprias casas. O relato de Oliveira (2024, p. 14-15) evidencia essa questão:

O tempo de licença foram 3 meses, nesse período foi enviado para casa atividades para que eu pudesse fazer enquanto estava longe da universidade, mas mesmo assim tive dificuldades por conta do cansaço físico, emocional e psicológico. Amamentava, cuidava dos afazeres da casa, me sentia muito sozinha, as vezes sem conseguir entender a matéria por não estar frequentando as aulas presencialmente poderia ter uma política estruturada para casos como o meu, pois, na prática dependia muito da boa vontade individual de cada professor, ou mesmo que se grávida, essas atividades se tornam desafios a mais, a serem superados; para tal, necessitam organizar estratégias e, inclusive, contar com uma rede de apoio.

Por conseguinte, trazer um olhar para a realidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) colabora para pensarmos de maneira local, como essa problemática está sendo pensada. Já que essa instituição é considerada uma universidade inclusiva.

Situar temporalmente e espacialmente esse estudo é importante. Ao navegar pelo portal da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), encontra-se que seja a maior instituição pública de ensino superior desse estado. Desde sua implantação, em 1983 é mantida pelo governo estadual, a partir da Secretaria da Educação (SEC). Encontra-se geograficamente em todas as regiões baianas e é estruturada num sistema multicampi. Possui 31 departamentos instalados em 27 campi. Conta com uma população de 30 mil pessoas (estudantes, servidores docentes e técnicos) e realiza atividades que impactam seus territórios a partir de atividades

de pesquisa, ensino e extensão. Encontra-se “como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber” em busca da “formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana”. Oferta, atualmente, 200 opções de cursos de graduação, nas modalidades presenciais e à distância (EAD).

Na UNEB, a ampliação de cursos se dá mediante a identificação das demandas dos territórios onde se localiza. Conta também com 29 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com 30 cursos de mestrado e doutorado, em diferentes áreas do conhecimento, o que fortalece ainda mais o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, criando oportunidades de inovação para toda a Bahia e se propõe a colaborar para o desenvolvimento socioeducacional e econômico estadual e nacional. Pressupõe uma educação gratuita, pública, democrática, inclusiva e autônoma. Para que esse processo se consolide, importante se faz reconhecer que seu território é marcado pela existência de comunidades bastante vulneráveis economicamente, assim como indígenas e quilombolas, o que aumenta sua responsabilidade, não só com o ingresso de estudantes, mas, com a garantia de sua permanência.

Apensar o modelo de assistência estudantil da UNEB requer pensar melhor, na hierarquia de poderes, que sua estrutura está subordinada à uma política nacional. A política de assistência política nacional de assistência estudantil Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituída inicialmente por meio da Portaria Normativa MEC nº 39, em dezembro de 2007, como um programa do Ministério da Educação. O mesmo foi regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e enfim foi publicada no Diário Oficial da União, apenas em julho de 2024, em forma de lei nº 14.914/2024.

Na PNAES encontram-se programas que favorecem o acesso e a permanência de mulheres e mães na universidade. Mais especificamente, cabe mencionar o Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe), que destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes, que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. No entanto, pressupõe que essas diretrizes também possam ser orientativas para as redes estaduais também. O que localiza a questão de pesquisa apresentada nesse trabalho como relevante e situada no tempo e no espaço.

Em âmbito local, pode-se considerar que em sua trajetória, enquanto instituição, a UNEB está alinhada à política nacional, já que tem em sua estrutura a PRAES (Pró-Reitoria

de Assistência Estudantil da UNEB), hoje com 16 anos. É caracterizada por ser a estrutura que operacionaliza e garante o acesso e a permanência qualitativa dos estudantes da UNEB, inspirada e, em parte, financiada (via programas estaduais ou convênios federais) pelas diretrizes mais amplas estabelecidas pelo PNAES. Cabe considerar que a existência dessas políticas de assistência não emerge espontaneamente, mas, fruto de intensas lutas e reivindicações, oriundas de diversos movimentos sociais e coletivos de estudantes e a comunidade, para fazer valer seus direitos.

Na UNEB, há também a PROAF (Pró-Reitoria de Ações Afirmativas):

Seguindo um ideal de democratização da educação superior na Bahia, a opção de criar a UNEB como universidade multicampi, aponta desde seu nascimento para o compromisso com as Ações Afirmativas. Em 2002, a instituição foi pioneira ao implantar o sistema de reserva de 40% das vagas para candidatos negros. Em 2008, cerca de 5% das vagas passaram a ser reservadas para candidatos indígenas em cursos de graduação e, posteriormente, de pós-graduação. A partir de 2018, pessoas pertencentes a comunidades quilombolas, indígenas e ciganas; travestis, mulheres trans, homens trans; pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades também têm direito a 5% de sobrevagas, cada segmento. E em 2024, através da resolução 1.663/2024, atualizamos a Política de Cotas na UNEB e acrescentamos a sobrevaga para pessoas não-binários e a Política acompanhamento do Sistema de Cotas com os procedimentos de Validação Documental e Heteroidentificação Fenotípica.

Portanto, avaliar as políticas de permanência para mulheres mães na UNEB, afim de compreender as especificidades do olhar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) para permanência de mulheres-mães na Universidade, apresenta grande relevância, pois, será possível identificar em que momento do percurso a universidade se encontra e vislumbrar caminhos que ainda precisa percorrer para garantir condições dignas de acesso e permanência das mulheres mães na universidade.

2 O CAMINHO DAS PEDRAS

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, optou-se pelo percurso metodológico apresentado em Almeida (2021), que caracteriza-se por um novo modelo de análise histórica, que surge a partir de inovações contemporâneas, intitulado a História do Tempo Presente. Ressalta sua relevância por ser uma metodologia que oferece alternativas que possibilitam estudar e descobrir as histórias de sujeitos “ocultos e/ou silenciados”, ao conceber que a conscientização e o conhecimento da nossa realidade são frutos de levantamentos históricos de nossas condições, considerando tanto o passado quanto o presente. Tal metodologia se torna, portanto, bastante consistente para o estudo da história das mulheres pois:

A História do Tempo Presente contribuiria para um conhecimento da história das mulheres, favorecendo das novas maneiras de se escrever e fazer história, fazendo críticas aos métodos epistemológicos tradicionais e conduzindo a história a uma nova direção. Ao contar sua história, as mulheres possibilitam um entendimento com o passado, e que acaba por proporcionar uma análise crítica quanto as incertezas do seu presente e do seu futuro. Afim de dar o reconhecimento as lutas e os pensamentos das experiências femininas, seja da vida individual ou coletiva, as mulheres possibilitam com que sua história saia do anonimato. Afim de utilizar desses avanços a favor da mulher, a contemporaneidade foi capaz de proporcionar um espaço aos que não tinham. (p.46).

Almeida (2021) evidencia ainda a luta feminina pela conquista de seu espaço na história, ao fazer uma reflexão sobre a trajetória da mulher entre o longo período de invisibilidade historiográfica, por séculos, e questiona como as mulheres foram sistematicamente omitidas das Narrativas históricas até alcançar certa posição de destaque na sociedade contemporânea. Por conseguinte, destaca a importância dessa metodologia na mudança de paradigmas da historiografia, permitindo o surgimento de novos sujeitos e temas antes ignorados, como a vida cotidiana e as relações de gênero e diz que:

por meio das vozes das mulheres, das palavras, experiências, pensamentos e desejos, elas deixam de lado o silêncio da qual lhes foram impostas. O fim do silêncio significa uma expressão, uma comunicação afim de favorecer de favorecer e contribuir na transformação da condição feminina. A análise histórica sobre o tempo presente é capaz de proporcionar o resgate do cotidiano, das histórias individuais e coletivas, afim de contribuir para a reconstrução da história e de uma identificação social com gênero feminino (Almeida, 2021, p.56).

Assim, a “intenção contida na História do Tempo Presente consiste em considerar o passado como uma história ainda viva, fazendo o passado através da narração e da experiência dos indivíduos” (Almeida, 2021, p.50). Para a autora, estudar os registros que mencionem a presença na mulher na história garante o registro importante da memória da mulher em diálogo com sua identidade. Portanto, estudar os registros pelos quais a mulher aparece enquanto sujeito de direitos a acesso e permanência na Universidade, pode contribuir para compreender melhor seu lugar dentro da história da Universidade.

Esse percurso metodológico perpassou ainda, pela pesquisa de fontes primárias, em uma pesquisa bibliográfica, para compreender melhor aspectos teóricos que pudessem subsidiar o recorte temporal e espacial, assim como o contexto de análise dos dados levantados. As discussões sobre a pesquisa bibliográfica são bastante utilizadas na área da educação; mas, a metodologia é muitas vezes confundida com revisão de literatura ou estado da arte. Ou seja, a pesquisa bibliográfica oferece a riqueza da experiência individual, enquanto a revisão bibliográfica fornece o contexto teórico e a análise crítica necessária para uma compreensão mais completa do tema. (Ludke; André, 2024).

A pesquisa documental foi escolhida como fonte de dados secundários. Pode ser pensada como um método de investigação, que utiliza documentos como fonte de dados para análise e interpretação. Esses documentos podem ser diversos, como textos, imagens, vídeos, gravações e outros materiais que não foram previamente analisados ou tratados por outros pesquisadores (Ludke; André, 2014). Quanto aos documentos selecionados, buscou-se acessar por meio dos meios de divulgação pública da UNEB, disponibilizados nos canais de comunicação com a comunidade, quer sejam a TV UNEB e o portal da UNEB, assim como a visita itinerante da PRAES realizada no Campus X. A pesquisa sobre os documentos a serem estudados foram realizadas no decorrer do semestre de 2025.1 e privilegiou recursos que pudessem ser acessados via Campus X.

Conforme já mencionado na introdução, as políticas de assistência estudantil da UNEB são coordenadas pela PRAES e visam garantir a permanência e o êxito de estudantes de baixa renda, oferecendo auxílios financeiros (Bolsa Auxílio Complementar e Permanência), moradia estudantil (Casas de Estudantes), auxílio internet e equipamentos, e programas, por meio de editais e tendo como alvo a vulnerabilidade socioeconômica, constituindo-se uma política em busca da inclusão e da equidade na universidade. Portanto, o primeiro documento selecionado para a pesquisa foi, o *Guia PRAES*, que contém informações sobre Assistência e Permanência Estudantil, explicando tudo que se precisa saber sobre os programas e os benefícios a cargo dessa pró-reitoria. No entanto, nele, não foram encontradas

políticas específicas para mulheres mães. No próximo capítulo, vamos descrever o que foi encontrado para melhor contextualização da investigação.

Navegando pelo portal da UNEB, em busca de mais informações, foi possível ter acesso à uma reportagem³ se referindo a uma *live*, realizada e registrada no canal da TV UNEB, que afirmava que a reitoria lançava novos projetos de assistência e permanência estudantis, tendo grande audiência. Buscou-se acesso à essa *live* e essa reportagem para conhecer as novidades.

Em seguida, buscou-se o *site* da PRAES, para conhecer as normativas dos programas termos e espaços mencionados na *live*, como iniciativas recentes de ampliação da política de assistência às mulheres mães na universidade. Mas, não foram encontradas, o que gerou a necessidade de adentrar mais a compreensão sobre as políticas universitárias de assistência estudantil, da UNEB, que considerasse a especificidade de mães universitárias.

Em uma das visitas da equipe PRAES, ao Campus X, pelo balcão da PRAES, que visita o campus disponibilizando acesso, informação e esclarecimentos sobre as políticas de assistência estudantil dessa universidade, houve a orientação para entrarmos em contato com a assessoria da PRAES, via e-mail. E assim, buscar informações sobre especificidades relacionadas à assistência estudantil a mães universitárias.

Na *live* também foi mencionada a rede de brinquedotecas, portanto, decidiu-se considerar as publicações do portal da Rede de Brinquedotecas (REDEBRINQ) da UNEB, por ser um espaço que tem sido utilizado como suporte pelas mães unebianas.

<https://agenciadecomunicacao.uneb.br/reitoria-lanca-novos-projetos-de-assistencia-e-permanencia-estudantis-live-da-praes-tem-grande-audiencia/>

3 CHEGANDO AO FIM DO CAMINHO: HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL?

O longo caminho percorrido na busca por programas disponibilizados para acesso e permanência das mulheres mães na UNEB foi marcado mais por desencontros que por encontros. No primeiro documento estudado, o Guia PRAES, todos os recursos são disponibilizados para a comunidade acadêmica, de maneira geral, portanto, não atendem às demandas específicas das mulheres ou de mulheres mães na UNEB. Um projeto específico para as mulheres esteve presente, intitulado “Entre Ciclos”, elaborado para promover saúde menstrual e distribuir gratuitamente coletores menstruais. Cabe ressaltar que esse projeto é de responsabilidade dos discentes, que, organizados em seus diretórios acadêmicos, se encarregam das ações previstas. Mas, ainda não marca a especificidade da mulher-mãe.

Dentre os programas que atendem à comunidade discente, no geral, ainda encontrou-se o PROGRAMA DE MORADIA, que consiste na disponibilização de casas para estudantes da UNEB e constitui uma política voltada para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica que necessitam de moradia durante sua graduação. Mas, não pode ser acessado por mulheres com seus filhos.

Dentre os recursos disponibilizados que podem ser acessados pelos e pelas discentes, inclusive mães, mas, não específicos para elas, pode-se mencionar a BOLSA AUXÍLIO COMPLEMENTAR UNEB. Ela constitui-se como um benefício financeiro oferecido a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regulamentada pelas resoluções CONSU N 1,316/2018, 1.506/2022, 1.542/2022 e 1.571/2023. O objetivo é garantir melhores condições de permanência na universidade, especialmente para aqueles (as) que residem nas casas de estudantes da UNEB. O valor e duração é de 700,00 (setecentos reais) mensais, pagos regularmente durante o período de vigência da bolsa, totalizando até 12 parcelas anuais. As bolsas são concedidas por meio de editais publicados pela PRAES/UNEB, e para se inscrever é necessário: Acompanhar os editais no site da PRAES (praes.uneb.br/bolsa-auxílio-complementar). reunir os documentos exigidos (comprovante de matrícula, renda, residência, etc.). Submeter a inscrição através do sistema de inscrição de Bolsa auxílio (SISBA) dentro do prazo estabelecido e aguardar a avaliação da comissão de seleção.

Também se destaca a BOLSA AUXÍLIO PERMANÊNCIA UNEB, regulamentada pelas resoluções CONSU N 1,316/2018, 1.506/2022, 1.542/2022 e 1.571/2023, que é um auxílio financeiro destinado a estudantes de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa visa garantir condições adequadas para a

permanência acadêmica, oferecendo suporte financeiro mensal para cobrir despesas básicas, como alimentação e transporte. Atualmente não há edital ativo para novas concessões da bolsa permanência, apenas estudantes remanescentes contemplados em editais anteriores, até a conclusão do curso. Estudantes devem acompanhar os comunicados oficiais da PRAES para atualizações sobre futuras seleções. Quem pode solicitar são os estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais da UNEB. Quem atender aos critérios socioeconômicos definidos em edital, discente em situação de vulnerabilidade, priorizando cotistas e estudantes que não residem com suas famílias. Valor da bolsa é de 700,00 (setecentos reais) mensais, a serem pagos em até 12 parcelas por ano.

Considera-se ainda a BOLSA AUXÍLIO INDÍGENA, um benefício financeiro oferecido pela UNEB, para garantir a permanência de estudantes indígenas nos cursos de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena. (LICEEI) e Pedagogia Intercultural em Educação Escolar Indígena. Regulamentado pela Resolução CONSUN 1.528/2022, esse auxílio busca reduzir a evasão estudantil, fortalecer a formação de professores indígenas e promover a igualdade no acesso ao ensino superior. Quem pode receber? Estudantes regularmente matriculados nesses cursos específicos da UNEB. Quem está vinculado semestralmente em pelo menos 3 componentes curriculares (exceto casos de pré-requisitos ou Conclusão de curso). Valor e pagamento: 700,00 (setecentos reais) mensais, pagos em 08 parcelas anuais (Março a Junho e Agosto a Novembro). Como funciona? A bolsa é concedida automaticamente aos estudantes matriculados e a lista de beneficiários é enviada pelos colegiados dos cursos à PRAES. As responsabilidades discentes são garantir frequência mínima exigida, enviar relatórios semestrais sobre atividades acadêmicas, informar corretamente os dados bancários para o recebimento do auxílio.

Ainda houve menção à BOLSA AUXÍLIO REGIME DE ALTERNÂNCIA, que é um benefício concedido a estudantes que precisam se deslocar entre período de tempo universidade (aulas presenciais na UNEB) e tempo comunidade (atividades formativas em suas comunidades de origem). Regulamentado pelas resoluções CONSU N 1.527/2022 e 1.608/2023, o auxílio tem o objetivo de garantir condições adequadas de permanência acadêmica e reduzir a evasão. Quem tem direito são estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação em regime de alternância. Discentes que atendam aos critérios socioeconômicos estabelecidos no edital. O valor da bolsa são 700,00 (setecentos reais) mensais, pagos em 06 parcelas anuais (abril a junho e agosto a outubro). O auxílio é concedido por meio de processo seletivo e para se inscrever é necessário acompanhar os editais da PRAES no site oficial. É necessário apresentar documentação exigida (comprovante

de matrícula, renda, residência, etc.), passar pelas etapas do processo seletivo e aguardar o resultado.

Ademais, apresenta-se o AUXÍLIO EMERGENCIAL, destinado a cobrir despesas emergenciais como alimentação, moradia e transporte, regulamentado pela Resolução CONSU nº 1.485/2021. Trata-se de um benefício financeiro voltado para estudantes de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devido a eventos imprevistos que colocam em risco sua permanência na universidade. O auxílio cobre despesas emergenciais como alimentação, moradia e transporte. Quem pode solicitar são estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação da UNEB. Quem enfrenta situações imprevistas que afetam a permanência na universidade, como: perda de vínculo empregatício do estudante ou responsável financeiro nos últimos seis meses; falecimento do responsável; doenças graves ou acidente que impeça o estudante de manter financeiramente. O valor do auxílio pode ser de até duas parcelas de 500,00 (quinhentos reais), totalizando 1.000,00 (mil reais). O pagamento é feito diretamente na conta bancária informada no pedido. Pode ser solicitado novamente após 18 meses da última concessão.

Quanto ao estímulo à participação na vida acadêmica e à qualidade da formação, menciona-se o APOIO A VIAGENS E EVENTOS. Esse auxílio pode cobrir passagens aéreas ou terrestres para apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos científicos. Quem pode solicitar são estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais da UNEB, quem apresentará a universidade em eventos acadêmicos e científicos, quem apresentar trabalhos em congressos, seminários, simpósios e similares. O auxílio cobre duas modalidades de apoio (estudantes devem escolher apenas uma), passagem aérea ou terrestres – Nacional ou internacional, conforme o evento e apoio financeiro, para ajudar nas despesas da viagem. Uma condição importante é que o programa não cobre taxas de inscrição no evento.

O PROGRAMA MAIS FUTURO é uma iniciativa do governo estadual, em parceria com as universidades estaduais, que oferece auxílio financeiro e oportunidades de estágio para estudantes de graduação presencial. O objetivo é garantir a permanência estudantil e reduzir a evasão do ensino superior. Quem pode participar são estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNEB, quem tem registro no CadÚnico (Cadastro único para programas sociais do governo federal), quem não possui vínculo empregatício, quem ainda não concluiu outro curso superior. Valores podem ser de R\$400,00 por perfil básico, para estudantes que residem a menos de 100km da cidade do campus onde estão matriculados ou de R\$ 800,00, para perfil moradia, para estudantes que residem a partir de 100km de distância do campus onde estudam e precisam se mudar para frequentar as aulas.

Continuando o caminho, seguimos a trilha da *live*, que foi realizada no dia 14 de maio de 2025, às 18h30, na qual a reitora Adriana apresentou um histórico da evolução da assistência aos discentes na universidade, a partir de 2009, quando comandava a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e realizaram ações pioneiras que deram origem, mais adiante, à PRAES (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil). Ela relata que toda a gestão da universidade está comprometida com a assistência e permanência discente nos diversos campi da UNEB.

A reitora fez um breve panorama de alguns projetos, conforme apresentado e presentes no Guia PRAES. Reforçou a presença do EMAE PRAES/UNEB, que se refere à equipe multidisciplinar de atenção ao estudante e desenvolve um serviço de acolhimento psicológico, pedagógico e social, voltado para auxiliar estudantes diante de situações que possam impactar sua permanência na universidade. No entanto, para atender ao Campus X, o acesso se dá de maneira *online*, via processo SEI, solicitado pelas (os) discentes e deve ser encaminhando para: UNEB/REIT/PRAES/GAB. A solicitação é feita junto ao setor de protocolo do departamento que, no Campus X, localiza-se no RH, ao lado da secretaria acadêmica.

A reitora fez menção à rede de Brinquedotecas, que, de acordo com o portal da RedeBrinq:

As Brinquedotecas da Universidade da UNEB são espaços pedagógico-culturais e de formação, comprometidos com o direito ao brincar e com o de práticas educativas que valorizam a infância, a ludicidade e a diversidade sociocultural dos territórios baianos. Vinculadas aos cursos de Licenciatura e à extensão universitária, as Brinquedotecas integram ensino, pesquisa e extensão, promovendo experiências sensíveis e multirreferenciais no campo da educação humana. Construídas como ambientes formativos e de acolhimento, organizam-se como espaços de vivência, experimentação, escuta e autoria. Neles, a criança é reconhecida como sujeito de direitos e protagonista de suas aprendizagens, sendo o brincar compreendido como linguagem, expressão e modo de ser no mundo.

De acordo com relatório apresentado por Santos (2025, p.1):

A Brinquedoteca: Laboratório de Práticas Pedagógicas Infantis do DEDC X, tem suas origens no espaço de cuidado da infância denominado por Ciranda Infantil, criado em 2009 pelo Colegiado de Pedagogia do Departamento de Educação – Campus X. A iniciativa de acolher os filhos e filhas de estudantes do curso pedagogia, surgiu com as discentes da primeira turma, em 1992, pois as estudantes-mães não tinham com quem deixar seus filhos durante as aulas. No final de 2008, o Diretório Acadêmico de Pedagogia, junto ao Movimento Estudantil, abraçou essa causa, e, com o apoio do Colegiado e da então coordenadora, Professora Doutora Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho, o projeto ganhou força e estrutura.

A Brinquedoteca: Laboratório de Práticas Pedagógicas Infantis do DEDC X, constitui-se como um espaço de formação garantido no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia efetivado no Departamento de Educação Campus X da Universidade do Estado da Bahia.

Outra consideração importante, é que não há banheiro adaptado na brinquedoteca do Campus X e caso a criança precise, é necessário se deslocar e acessar o banheiro utilizado por toda a comunidade acadêmica.

Em 2025.1, a autora desse projeto pode contar com esse espaço para deixar duas das suas crianças, enquanto fazia orientações para seu TCC. No campus X, a brinquedoteca tem sido um espaço de práticas educativas infantis, organizado por monitoras que planejam, acompanham as crianças e brincam com elas e, indiretamente, tem apoiado as mães que precisam deixar seus filhos enquanto estudam. No entanto, a brinquedoteca, de acordo com a proposta da RedeBrinq, não foi pensada para ser espaço de cuidado, seu foco é garantir o direito de brincar às crianças, elas são o alvo da proposta. Portanto, seria injusto concebê-la como espaço pensado para as mães, pois, sua estrutura não é pensada para esse fim. Desse modo, percebe-se a demanda e expansão da Brinquedoteca no Campus X, mas também a necessidade de melhoria na infraestrutura e na garantia das monitorias, para que consiga atuar de forma a atender integralmente às necessidades das crianças e poder assim, continuar beneficiando, mesmo que indiretamente, às mães.

Ainda sobre a *live*, a Reitora falou sobre a existência de um auxílio parental, que concede apoio financeiro a estudantes com filhos de até 11 anos e 11 meses. Para ter acesso a essa resolução, foi necessário entrar em contato com a assessoria da PRAES, visto que o documento não estava disponível no portal da UNEB, que ainda não estava disponível no Guia da PRAES, nem no *site* da UNEB. Porém, a partir da menção na referida *live*, procuramos junto às coordenações da PRAES, via *e-mail*, maiores esclarecimentos, o que foi facilitado pela vinda do balcão da PRAES, que aconteceu no Campus X. Via *e-mail*, a assessoria da PRAES disponibilizou as informações solicitadas. O auxílio parental é regulamentado pela Resolução CONSU/UNEB nº 1.697/2025. É concedido em 10 parcelas mensais no valor de R\$ 400,00, sendo 5 parcelas em cada semestre do ano letivo, mediante edital público, em consonância com o calendário acadêmico, para estudantes que possuam responsabilidade legal sobre filhos, regularmente matriculados na graduação presencial ou na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) da UNEB, cumprindo o disposto na Resolução.

Outro projeto que beneficia as mães universitárias foi apresentado pela Reitora, o Espaço Mamã UNEB, que também não estava disponível no Guia da PRAES, nem no *site* da

UNEB. O *e-mail* enviado à assessoria da PRAES também solicitava informações sobre esse espaço. Identificamos que ele não se refere à uma política institucional, mas tem sido realizado em função da assinatura de Termo de Convênio presente no Processo nº 23034.017646/2023-39, convênio n.º 950662/2023, sendo referenciado pelo Termo de Referência, proposta nº 001/2023, decorrente de Emenda Parlamentar 13390005.

O referido convênio foi celebrado entre a UNEB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse convênio tem por objeto aquisição de equipamentos e mobiliários visando atender o espaço físico do projeto em acolhimento para as estudantes em fase de amamentação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Conforme detalhado no Plano de Trabalho: “espaço físico para acolhimento de crianças, a exemplo de troca de fralda, amamentação, descanso, banho e também para acolher e apoiar as estudantes que precisam esvaziar as mamas” enquanto estão na universidade. O espaço mamãe bebe já foi implementado em 15 campus da Uneb, sendo eles Xique-Xique, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha, Barreiras, Juazeiro DTCS, Irecê, Guanambi, Juazeiro DCH, Caetité, Brumado, Salvador DEDC I, Santo Antônio de Jesus, Jeremoabo, Conceição do Coité, Bom Jesus da Lapa. Como observa-se, nessa lista não consta o Campus X, segundo assessoria PRAES, por indisponibilidade de espaço físico no campus para acolhê-lo.

Cabe mencionar que, de acordo com o Termo de Referência 00077199160 SEI 074.7116.2023.0008805-66:

Identifica-se que existem estudantes-mães, que demandam de ações de Assistência voltadas para criar condições necessárias de espaços físicos para atendimento as estudantes nessa condição que estão na fase de amamentação e com isso assegurar o direito de estudo, conforme preconizado na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1993). Para isso à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) fundamenta-se em duas grandes metas de atendimento à Assistência e Permanência de nossas estudantes: Meta 52 - Fortalecer o Programa de Ações e Serviços de Atenção à Saúde e Meta 53 - Incrementar políticas de permanência para os(as) estudantes de graduação, e com isso propõem a criação do Espaço Mamãe Uneb: Estudar e materna é um direito da Mulher (p.2).

Para além da estrutura física, “o projeto visa possibilitar diálogos formativos sobre a maternidade fortalecendo no interior da UNEB uma rede de apoio sobre o direito de maternar na vida universitária e nos ambientes profissionais” (p.2). Esse projeto se ampara no direito à

amamentação, assegurado em 2017, com a Portaria 604, em espaços públicos, incluindo a escola/universidade/trabalho. Assim:

A partir de agora, com o dispositivo legal, todas as mães lactantes têm o direito à amamentação assegurado em todas as instituições do sistema federal de ensino, independentemente da existência de locais, equipamentos ou instalações reservadas exclusivamente para esse fim e que serve para balizar legalmente a operacionalização em instituições de ensino no âmbito estadual e também municipal. (p.2).

Em decorrência desses projetos, a universidade pretende se caracterizar não apenas como local de formação, mas também reafirma o compromisso de acolher as pessoas no Departamento, reforçando seu compromisso com a educação, a inclusão e o bem-estar de todos e todas.

Ao ler o termo de referência, percebe-se elemento coerente com as indicações na PNAES, na qual consta o Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE), que destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Assim, o termo demonstra que a UNEB está atenta às necessidades das mães universitárias, da mesma forma que a política nacional. No entanto, ainda não está consolidada como política de estado, mas, de governo. Políticas de governos tendem à descontinuidade, conforme abordado por Dourado e Silva (2025).

Apesar de serem políticas incipientes, demonstram um caminho possível, que está sendo pensado e reconhecido que há uma especificidade em ser mãe e universitária. Ainda está longe de atender a todas as demandas, o caminho está se fazendo. Dentre essas políticas citadas, ao longo de minha formação, não tive acesso à nenhuma delas. Um dos poucos suspiros de acolhimento que tive ao longo do curso, pode ser refletido na Foto 1. Essa foto representa o resultado de uma ação de uma docente do colegiado de História, Profa. Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes, que sensibilizada com a situação de ver minhas filhas, que me acompanhavam às aulas, estarem dormindo nas cadeiras de aula, levou minha situação à reunião de colegiado. Nessa reunião, ressaltou a necessidade de um “espaço” adequado para que as crianças dormissem, com dignidade, para que eu pudesse estudar com o mínimo de dignidade. A notícia da existência desse berço no Campus, utilizado por outro colegiado, emergiu e foi mobilizada a força para que ele ficasse na sala onde eu estava tendo aulas

naquele semestre. Foi possível, portanto, que naquele semestre, eu e minhas 2 filhas, tivéssemos um pouco mais de tranquilidade para seguir adiante. Cabe ressaltar que, no semestre seguinte, o berço já não estava mais lá. Indicando uma ação isolada, mobilizada por pessoas e não por uma política de assistência, ficando, portanto, vulnerável à boa vontade de quem estiver ao lado. Reconsidera-se, portanto, a importância das políticas institucionais, que garantam que as ações que favorecem o acesso e a permanência das mães na universidade, sejam consistentes e mantidas ao longo do tempo.

Esse exemplo que vivenciei pode ser mais bem compreendido ao retomar o texto de Dourado e Silva (2025), quando discutem a importância da sociedade civil para a consolidação de políticas institucionais, no caso mencionado, relacionado às disputas de poder relacionadas aos currículos de graduação. Ressaltando a importância da regulamentação de políticas de estado e não de governo, de maneira que a alternância de poder, inerente ao estado democrático de direito, não faça com que estratégias, que se ocupam com a garantia de direitos constitucionais, se percam no caminho. No caso apresentado na Foto1, a ação foi provocada por uma docente, se consolidou em reunião colegiada, mas, não enquanto política institucional e se perdeu no tempo.

No entanto, o espaço mamãe UNEB, que já atendeu 15 departamentos e irá atender mais 15, demonstra que, a demanda de um espaço específico para o maternar na universidade já foi reconhecida pela UNEB, enquanto instituição, mesmo que ainda, por termo de referência e não como política institucional, mas, avançando no caminhar. Então, sim, a UNEB tem implantado medidas específicas para atender às necessidades das mulheres-mães, reconhecendo a maternidade como uma questão de permanência estudantil, mesmo que ainda seja um começo.

A realização desse TCC fez passar um filme na minha mente, do começo ao fim, e essa Foto 1 resume o quanto é importante o acolhimento, o momento único em que me senti acolhida foi aqui e espero outras mães possam sentir o mesmo, não apenas em um momento, mas, ao longo do seu percurso acadêmico. Foram 6 anos, meu curso de história é um símbolo de resistência e aqui estou eu Milene Brandão Sousa orgulhosa pela força e resistência de ter chegado até aqui. Gratidão se resume de ter consigo chegar até aqui.

Foto 1: Minhas duas filhas dormindo no berço, na sala de aula.



Acervo pessoal da autora.

4. ADMIRANDO O CAMINHO PERCORRIDO, APESAR DAS PEDRAS NO CAMINHO

Embora, à primeira vista, o tema *olhar da UNEB para as mães universitárias: Uma avaliação de suas políticas de permanências estudantil* pareça simples, não foi nada fácil encontrar informações precisas para essa pesquisa. O fato de a temática estar diretamente relacionada à minha própria vivência como gestante e mãe universitária representou uma identificação constante com os assuntos pesquisados. Se, por um lado, essa realidade traduziu-se em um estímulo cotidiano durante a elaboração da pesquisa, por outro, pode ter interferido pela falta de uma distância necessária para a escrita acadêmica. Sou consciente das possíveis implicações que a proximidade com o tema possa ter gerado.

Ao estudar a relação entre maternidade e vida acadêmica, analisei uma realidade que se revelou de forma severa aos desejos e à qualidade de vida da mulher estudante universitária, que se encontra em um dilema entre a sua satisfação pessoal, a busca por melhores condições socioeconômicas e as responsabilidades com a maternagem. A mulher atual se vê forçada a subjugar aspectos de sua subjetividade, entendida aqui como construção social e histórica, em forte tensão entre a necessidade de realização pessoal e social e a crescente necessidade de formação acadêmica no universo do capital.

Diante dos resultados obtidos, percebo que esta pesquisa se aproxima de outras que tratam do acolhimento das mães universitárias com responsabilidades maternas, que dizem respeito ao envolvimento de questões psicológicas, políticas públicas, sociais e acadêmicas no acesso e permanência das mulheres mães na universidade. Aproxima-se ainda dos estudos que reconhecem a importância do papel da família no apoio, em diferentes momentos, às mães estudantes.

Considera-se também a importância da conscientização das pessoas quanto à participação ativa em processos político-educacionais e do papel das universidades como produtoras de conhecimento, de modo a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da vida humana em sociedade e, ainda, a relevância da condição de proteção integral às crianças.

Ao retomar o objetivo geral desta pesquisa, mais que um espaço físico, iniciativas de apoio à permanência e assistência às mães universitárias representa um compromisso com uma universidade mais inclusiva, diversa e atenta às diferentes realidades que compõem a comunidade acadêmica. Considera-se que, apesar de incipientes, a UNEB tem demonstrado evoluir quanto ao olhar sobre as especificidades das demandas das mulheres-mães universitárias, ao propor políticas de permanência específicas para esse público. No entanto,

as alternativas apresentadas ainda se mostram distantes de sanar as reais demandas implicadas no processo. O compromisso da universidade com a educação, a inclusão e o bem-estar de todos e todas é real, mas a operacionalização das oportunidades ainda precisa evoluir tornar-se acessível e se concretizar de maneira mais substancial. Acredita-se, assim, que a efetiva implementação dessas políticas possa gerar bons frutos para o estímulo ao acesso e à permanência das mulheres-mães na universidade.

Conhecer o percurso histórico da mulher na sociedade capitalista trouxe pistas para compreender o lugar da mulher na universidade, apresentando os desafios de conciliar as demandas acadêmicas, a necessidade de contribuir para a renda da família e a ocupação de espaços que antes eram impensados para elas. Os espaços públicos têm sido cada vez mais ocupados pelas mulheres; no entanto, constata-se que muitos ainda são os desafios. Desse modo, conhecer as políticas de permanência voltadas para mães e gestantes na graduação da UNEB alimenta uma nova esperança de reparação histórica diante das dificuldades impostas por um sistema que as impedia de acessar esses espaços.

Por conseguinte, para as estudantes-mães trabalhadoras, mostra-se de fundamental importância que essas discussões alcancem não apenas os corredores, mas que sejam apresentadas formalmente, refletidas e efetivamente acessíveis. Desse modo, esta pesquisa reflete também a minha realidade, pois, infelizmente, apenas no transcurso da investigação pude identificar tais políticas. E as mais recentes estão sendo implementadas quando já não mais atendo os critérios de acesso. Mas, espero que outras mães tenham conhecimento de seus direitos.

Levando em conta as mulheres que vieram antes de mim, em especial aquelas a quem os espaços educacionais foram negados, fico extremamente feliz e orgulhosa por ter chegado até aqui. Mesmo com todas as dificuldades, sei que o futuro será brilhante e espero que esta pesquisa possa auxiliar outras mães a terem um percurso mais tranquilo e com o devido apoio para a garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. (2000) Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. Estado**. 15(2). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>>. Acessado em 27.11.25.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen. Feminismos Plurais: São Paulo. 2019, 152p.

ALMEIDA, Danubia Faria de. A mulher no tempo presente: A luta pelo seu espaço na história. *Boletim do Tempo Presente*, vol. 10, n. 04, Abr., p.45-58, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em 20.12.25.

DALONSO, Glauca de Lima. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 15, dez., 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 out., 2025.

DOURADO, L.F.; SILVA, M.V. (orgs.). **O Plano Nacional de Educação (2024-2034) como política de estado: desafios prementes para sua tramitação e materialização**. Brasília, DF: Editora ANPAE, cap.1, p.22-42, 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/<https://anpae.org.br/EDITORIA-ANPAE/1-Livros/pdfLivros/Livros2025/0125L-OPlanoNacionalDeEduacao.pdf>. Acesso em: 28.11.25.
DOURADO, L.F.; SILVA, M.V. Contribuições da sociedade civil na elaboração do PNE: amálgamas entre a defesa da educação pública e as lutas contra a privatização. Em:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Algumas características de inserção das mulheres no mercado de trabalho** – Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre (2003–2008). Rio de Janeiro, 2008. Disponível em ><https://www.ibge.gov.br/estatisticas-sociais/trabalho/9183-pesquisa-mensal-emprego-antiga-metalogia.html>> Acesso em: maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3a edição, n.38. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. 2024. ISBN 978-85-240-4605-6. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/2025-07/Informativo%20Estat%C3%ADsticas%20de%20G%C3%AAnero%20%283%C2%AA%20odi%C3%A7%C3%A3o%29.pdf>. Acessado em: 01.12.25.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 50, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847>>Acesso em: maio 2025.

PELEGRINI, Jordana; MARTINS, Silvana Neumann. A história da mulher no trabalho: da submissão às competências. Um resgate histórico e as gestoras lajeadenses neste contexto. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 2, n. 4, 2010.

SANTOS, Irene Alves dos. Brinquedoteca: Laboratório de Práticas Pedagógicas Infantis do DEDC X. Teixeira de Freitas (BA): Departamento de Educação – Campus X, 2025. (mimeo).

SANTOS, Luiz Carlos Borges. A mulher no mundo do trabalho: uma análise histórica dos paradigmas culturais na sociedade patriarcal. **Revista Eletrônica Interdisciplinar Divers@**, Matinhos, v. 4, n. 1, p. 25-34, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/article/view/34147>>. Acesso em: maio 2025

SCOTT, J.W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: Acesso em 18.12.25.

SILVA, Elenir Lindaura da; BENITEZ, Priscila; MIZAE, Táchita Medrado; PASIAN, Mara Silvia. Retrato das Narrativas de Mães Universitárias no Contexto Acadêmico. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 275–283, 2023. DOI: 10.17921/2447-8733.2023v24n2p275-283. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9689>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SIQUEIRA, T.L.. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Ártemis**, vol.8, jun.2008, p.110-117. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2857/1/2310-3525-1-PB.pdf>. Acesso: 18.12.25.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). Regulamento geral das brinquedotecas da Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2020. Disponível em: <https://agenciadacomunicacao.uneb.br/wp-content/uploads/2020/11/2020-11-03_Regulamento-Briquedotecas.pdf>. Acesso em: 25 de Dezembro 2025.

VAZ CASTRO, Viviane. A função social da maternidade no capitalismo patriarcal: limites e possibilidades. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n1.a849. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/849>. Acesso em: 23 nov. 2025.

Agência Gov/MEC. Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior (08/03/2025). URL: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior-1>

Semesp. Mulheres no Ensino Superior Brasileiro – Notas (2022). URL: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Mulheres_no_Ensino_Superior_Brasileiro-07-03-2022.pdf

INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2020 – Notas Estatísticas (2022). URL: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf

Casa Civil/Planalto. Decreto nº 7.234/2010 – PNAES. URL: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Agência de Comunicação UNEB. Live da PRAES (14/05/2025) e novos projetos. URL: <https://agenciadecomunicacao.uneb.br/tag/praes/>

CONSU/UNEB. Resolução nº 1.697/2025 – Auxílio-Parental. URL: <https://ppgecoh.uneb.br/wp-content/uploads/2025/10/1697-consu-Res.-Auxilio-Parental.pdf>

Portal UNEB. Informações institucionais multicampi. URL: <https://portal.uneb.br/>

Rede de Brinquedotecas da UNEB (RedeBrinq). Portal. URL: <https://redebrinque.uneb.br/>